

Competição Política e Desenvolvimento Econômico: Uma análise para os municípios do ceara nos anos de 2006 e 2010.

Francisco Antonio S. de Araújo*

Paulo de Melo Jorge Neto†

Carolina Teixeira de Aquino‡

RESUMO:

O objetivo deste trabalho é analisar a relação entre desenvolvimento e a competição política dos municípios do Ceará. Pretende-se identificar, por exemplo, se os municípios que possuem menor alternância entre os políticos eleitos são os que apresentam menores indicadores de desenvolvimento. Montou-se um painel com os anos de 2006 e 2010 para todos os 184 municípios cearenses. Devido à relação simultânea entre desenvolvimento e competição política, as variáveis que refletiam esta foram consideradas endógenas. Logo, utilizou-se o método de variáveis instrumentais com efeitos fixos. Foram feitas duas estimações, em uma delas, excluiu-se o município de Fortaleza por este se destacar dos demais em termos de desempenho econômico. Não foram encontradas diferenças significativas nas duas estimações. Os resultados mostram que, os municípios que possuem menor nível de competição são os que apresentam melhor índice de desenvolvimento.

Palavras-chave: Competição Política, Desenvolvimento Econômico, Reeleição.

ABSTRACT:

This paper analyzes the relationship between development and political competition in the municipalities of Ceara. We have a panel data with all the 184 counties for the years of 2006 and 2010. Because of the simultaneous relationship between development and politics competition, the variables that reflected this were considered endogenous. Therefore, we used the instrumental variables method with fixed effects. There were two estimates, one of them, excludes Fortaleza from the sample, because of it's stand out from the others in terms of economic performance. There were no significant differences between the two estimates. The results show that the municipalities that have lower levels of competition are the ones that have better.

Key Words: Politics competition, development, re-election.

Código JEL: O43, C23.

*Mestrando em economia pelo CAEN/UFC

† Professor adjunto da Universidade Federal do Ceará e Professor Chefe do Departamento de Economia Aplicada - DEA/FEAAC

‡ Bacharel em Economia pela Universidade Federal do Ceará

1. INTRODUÇÃO

Estudar as instituições e seu impacto no desenvolvimento econômico é algo recente. As instituições são as regras que definem de que forma se darão as interações, econômicas ou não, entre os indivíduos da sociedade (NORTH, 1990). Outros autores como, Furbuton e Ritcher (1998) e Acemoglu (2012) também buscam analisar o papel das instituições no desenvolvimento econômico. Nessa literatura, o Estado tem grande importância, pois fornece a Constituição, leis e regulamentos públicos, ou seja, o ambiente institucional (FIANNI, 2011). Portanto, para entender melhor a relação entre esses três: instituições, Estado e desenvolvimento, é necessário conhecer o fator que os une, ou seja, a política.

Segundo Besley et. al. (2010) em economia é consenso afirmar que o monopólio é algo danoso e que a concorrência entre as empresas via mercado traz um maior nível de bem estar aos consumidores. Mas, análise semelhante na área política, ou seja, se a concorrência entre os partidos políticos tem conseqüências igualmente virtuosas, é muito menos discutida, embora exista um grande número de monopólios de um partido no poder nas democracias existentes.

Visando explorar mais essa relação, este artigo guia-se pelo seguinte questionamento: Qual o impacto que a competição política tem sobre o desenvolvimento dos municípios cearenses? Os municípios com maior competição política, ou seja, menor número de reeleições apresentam melhores indicadores sociais?

Portanto, objetivo deste trabalho é analisar a relação entre desenvolvimento e a competição política dos municípios do Ceará. Pretende-se identificar se os municípios que possuem menor alternância são os que apresentam menores indicadores de desenvolvimento.

Para medir competição política foram utilizados dados sobre a reeleição nos cargos do poder executivo e legislativo municipais e também o alinhamento do governo local com o as outras esferas (estadual e federal). Existem vários estudos que tratam da reeleição de prefeitos, governadores e presidentes, mas a reeleição de vereadores ainda é um tema pouco explorado pelos pesquisadores. Então, esse estudo também será uma forma de preencher essa lacuna.

Assim, montou-se um painel com os anos de 2006 e 2010 para todos os 184 municípios cearenses. Devido à relação simultânea entre desenvolvimento e competição política, as variáveis que refletem esta foram consideradas endógenas, hipótese confirmada pelo teste de endogeneidade desenvolvido por Davidson e MacKinnon (1993). Logo, utilizou-se o método de variáveis instrumentais com efeitos fixos. Foram feitas duas estimações, em uma delas, excluiu-se o município de Fortaleza por este se destacar dos demais em termos de desempenho econômico.

Este artigo apresenta mais cinco seções além desta introdução. A primeira seção traz uma abordagem sobre a competição política, quais fatores podem influenciar na reeleição de um candidato e uma breve discussão sobre as eleições municipais no Brasil. A seção seguinte traz uma sucinta explanação sobre o Índice Firjan de desenvolvimento econômico, o índice escolhido, dentre os demais existentes, para refletir desenvolvimento econômico. A terceira seção mostra a metodologia utilizada neste trabalho, onde são apresentadas as fontes utilizadas para a base de dados e, o modelo econométrico utilizado. A análise dos resultados do modelo é apresentada na quarta seção. E por fim, são feitas as considerações finais.

2. COMPETIÇÃO POLÍTICA

Os pesquisadores vêm estudando cada vez mais a relação entre competição política e crescimento econômico, criando uma aproximação crescente entre a ciência política e economia. Besley et. al (2010), mostraram que a falta de competição política nos estados americanos está associado com políticas anti-crescimento: altos impostos, baixo investimento em capital e reduzida probabilidade de uso dos direitos trabalhistas. Eles encontraram uma forte ligação entre baixa competição política e baixo crescimento da renda. Além disso, chamam atenção para o fato de que quando a competição política se torna muito intensa, acima de um nível estabelecido por seu modelo teórico, as forças pró-crescimento perdem força.

Haber (2004) procura responder o seguinte questionamento: Como as instituições políticas, ou seja, as regras de funcionamento do sistema político afetam o processo de crescimento econômico? Para ele, a competição política tinha dois papéis: criar vetos *ex ante* sobre a formulação de políticas, favorecendo a criação de políticas que melhorem o bem estar social e melhorar a estrutura e eficiência do sistema bancário.

Uppal (2008) examinou como a competição política afetava os gastos do governo nos estados indianos no período de 1980 até 2000. Em sua pesquisa constatou-se que os estados com maior competição gastavam mais, em termos *per capita*, e, além disso, distorciam as políticas do governo com gastos de menor período de maturação em detrimento das políticas de longo prazo. Assim, uma maior competição fazia com que o candidato eleito esperasse ficar por pouco tempo no poder, isso o induzia a buscar políticas de curto prazo.

Analisando o caso do Brasil, Meneguín e Bugarin(2001) desenvolveram um modelo teórico para determinar o nível ótimo dos gastos governamentais baseados em dois fatores: disciplina do mercado e reeleição. Os resultados mostraram que os governantes que esperam ser reeleitos têm comportamento fiscal mais responsável e representam uma externalidade positiva sobre as contas públicas, contrariando resultados previstos pela teoria de ciclos políticos.

Um dos problemas que está presente nas eleições é a existência de informação assimétrica. Os candidatos conhecem suas próprias características melhor que os eleitores, assim podem iludir os eleitores (MENDES, ROCHA, 2004). Há também o problema de seleção adversa, ou seja, existe também um risco de eleger um candidato que uma vez no poder não cumpre com suas obrigações ou passa a utilizá-lo para obter enriquecimento pessoal (LE BORGNE, LOCKWOOD, 2002).

Mesmo assim, Ferejohn (1986) ressalta que as eleições seriam um mecanismo eficiente para a escolha de políticos e seriam capazes de diminuir a assimetria de informação. A reeleição funcionaria como uma forma de punição ou premiação através dos feitos do candidato no primeiro mandato, ou seja, através das políticas públicas adotadas.

Barreto (2009) verificou o impacto que a possibilidade de reeleição dos prefeitos tem causado no sistema político brasileiro. Segundo o autor, a adoção da reeleição nas eleições municipais modificou efetivamente a dinâmica das disputas. Os contrários à existência da reeleição afirmam que a alternância no poder e a limitação temporal são uma garantia contra os poderes extraordinários do candidato. A perspectiva da reeleição aumenta os riscos de perpetuação no cargo e despersonalização do poder. Por outro lado, os que são a favor da reeleição argumentam que um único mandato restringe extremamente a capacidade de realização do governo e desconsidera a experiência acumulada pelo governante. A capacidade do eleitor de julgar o mandato do político é extinta quando não há possibilidade de reeleição.

Além da questão da alternância política, é importante discutir também o alinhamento político entre as diferentes esferas de governo (nacional e local). Bracco e Porcelli (2012), estudando os municípios italianos entre 1998 e 2007, observaram dois efeitos nas localidades onde os eleitores atribuíam maior crédito da provisão de bens públicos para o governo local. Primeiramente, os municípios alinhados recebiam mais subsídios, cobravam menos impostos e ofertavam mais bem públicos. Além disso, a probabilidade de reeleição do incumbente era maior nos municípios alinhados.

Serrato (2008) propôs um modelo de competição eleitoral, adaptado de Alesina (1998). A principal extensão é a reconsideração do papel da negociação no contexto dos partidos políticos. Os pressupostos da literatura de barganha axiomática foram usados para estabelecer hipóteses testáveis sobre o efeito de representação partidária em parâmetros relevantes do modelo, incluindo vantagem

incumbência. Como resultado, encontrou-se um aumento na vantagem de incumbência do partido a nível distrital, enquanto não houve qualquer variação do efeito de afiliação ao partido. O autor destaca que os resultados obtidos indicam que uma análise mais aprofundada do processo de negociação e o papel dos partidos políticos na disputa eleitoral pode fornecer uma compreensão mais abrangente do efeito das eleições sobre os resultados das políticas.

Os efeitos da competição política na formulação de políticas ainda não são bem compreendidos empiricamente, visto que é uma relação simultânea. É possível ter baixa competição e más políticas, mas nada impede que se tenha um incumbente competente, desestimulando a entrada de desafiantes e aliando boas políticas com baixa concorrência. (FIRPO ET. AL., 2008).

Vale ressaltar que este trabalho busca explorar a relação entre competição política e desenvolvimento econômico. Tal fenômeno tem uma definição mais abrangente que simples crescimento da renda, essa associação não é comum na literatura.

2.1. AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS NO BRASIL

As eleições municipais (para prefeitos e vereadores) ocorrem em uma mesma data. Os candidatos concorrem a um mandato de quatro anos. Após uma emenda constitucional em 1997 permitiu-se reeleição por mais um período de governo para os cargos do executivo (presidente da república, governador e prefeito).

Atualmente, a base da democracia de cada município é representada pelas câmaras municipais, pois estas refletem os interesses da população e as várias correntes de opinião. Os vereadores, por atuarem em tais órgãos, são os porta-vozes dos interesses do município. São eles que fiscalizam o uso do dinheiro público e as ações do prefeito e de seus auxiliares diretos.

Nas eleições para Câmara dos Vereadores, o sistema eleitoral utilizado segue o modelo proporcional em que não são levados em conta somente os votos individuais para o candidato como também os votos que cada partido ou coligação recebeu. Portanto, para ser eleito, seu partido necessita atingir um quociente eleitoral que lhe garanta uma vaga na câmara. Dessa forma, podem ocorrer casos em que o candidato de um partido, mesmo não conseguindo obter uma grande quantidade de votos, consegue ser eleito, enquanto outro, de partido diferente, com mais votos, pode não se eleger.

No Brasil, não existe um limite para a quantidade de vezes que os vereadores podem ser reeleitos. Uma das formas que eles podem utilizar para continuarem no poder é representando bem os interesses da população no intuito de melhorar as condições de vida no município em que estão atuando, para que os eleitores percebam as mudanças positivas e continuem votando neles.

Em 2004, segundo dados do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE-CE), 54,9% dos candidatos a vereadores dos municípios cearenses que disputaram as eleições e que estavam tentando a reeleição obtiveram sucesso. Em 2008, esse número caiu para 46,3%.

Quanto aos partidos políticos, dados do TRE-CE apontam que nas eleições de 2004 apenas em 10% dos municípios cearenses o mesmo partido continuou no poder. Neste ano, 40% dos municípios possuem prefeitos do mesmo partido que o governador. No ano de 2006, onde foram feitas novas eleições para governador, esse percentual cai para apenas 1%, embora a percentagem de municípios cujos prefeitos pertenciam a coligação do governador eleito foi bem maior.

Na eleição posterior, 40% das prefeituras continuaram com o mesmo partido no poder e 12% dessas pertenciam ao mesmo partido que o governador, destaca-se novamente que se levado em conta os partidos pertencentes a coligação do governador, este percentual seria maior. Como o chefe do executivo estadual se manteve no cargo em 2010, os números não mudaram.

Devido à barreira constitucional imposta à reeleição dos cargos do executivo este trabalho irá utilizar como medida de competição política a reeleição do partido na prefeitura e dos vereadores na câmara.

3. O INDICE FIRJAN DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

Desde que a ONU passou a divulgar anualmente o IDH a idéia decrescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento perdeu força, hoje este conceito não se restringe a renda per capita. Com base nisso, vários indicadores foram criados buscando refletir as dimensões do IDH.

No Brasil, a nível municipal, existem alguns índices que buscam refletir a filosofia do IDH. Esta pesquisa utiliza o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) que acompanha o desenvolvimento de todos os 5.564 municípios brasileiro em três áreas: Emprego e Renda, Educação e Saúde. O índice varia de 0 a 1, e quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento da localidade. Sua periodicidade é anual e acompanha todos os municípios brasileiros. As variáveis que compõem as três áreas são:

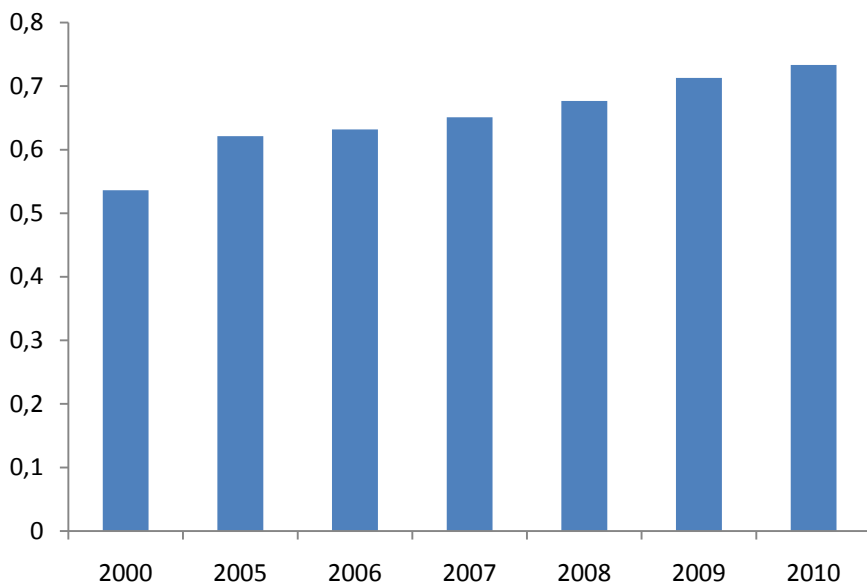
- a) Emprego e Renda:
 - Geração de emprego formal
 - Estoque de emprego formal
 - Salários médios do emprego formal
- b) Educação:
 - Taxa de matrícula na educação infantil
 - Taxa de abandono
 - Taxa de distorção idade-série
 - Percentual de docentes com ensino superior
 - Média de horas aulas dadas
 - Resultado do IDEB
- c) Saúde:
 - Número de consultas pré-natal
 - Óbitos por causas mal definidas
 - Óbitos infantis por causas evitáveis

A escolha por este índice é justificada pelas dimensões por ele utilizadas e o período em que foi feita sua medição. O gráfico 1.1 traz a evolução do IFDM para o período estudado.

Para o ano de 2006, o Ceará estava em 17º no ranking do IFDM divulgado pela FIRJAN, com um nível considerado moderado (entre 0,6 e 0,8). O destaque era a componente relativa à área de emprego e renda que apresentava um valor considerado apenas regular.

Já em 2010, o estado mostrou indicadores melhores, embora ainda classificados em um nível moderado. Sua colocação no ranking nacional subiu para 10ª colocação. Levando-se em conta apenas a região Nordeste, o Ceará é líder do ranking.

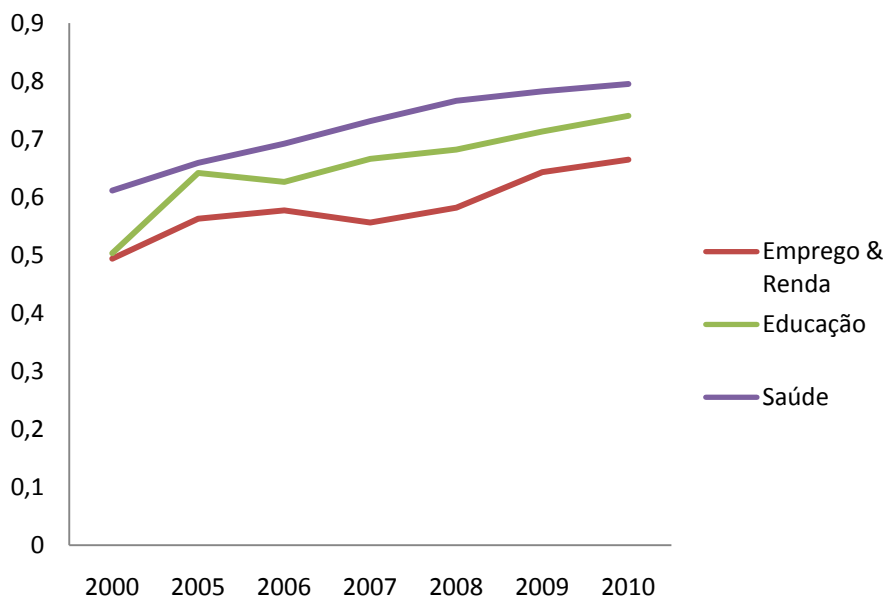
Gráfico 1.1 – Evolução do IFDM de 2000 até 2010 no Ceará.



Fonte: Firjan (2012). Elaboração Própria.

O gráfico 1.2 traz a evolução dos três componentes do IFDM. Pode-se ver que o melhor desempenho foi sempre na área da saúde, enquanto que a pior estava vinculada ao emprego e renda. Para o último período analisado, a melhora nas áreas de saúde e educação foi expressiva, 99,5% dos municípios melhoraram em educação e 80,5% em saúde, a vertente emprego e renda foi maior apenas em 47% dos municípios.

Gráfico 1.2 – Evolução do IFDM, por áreas, de 2000 até 2010 no Ceará.



Fonte: Firjan (2012). Elaboração Própria.

4. METODOLOGIA

4.1 MODELO ECONOMETRICO

A base de dados utilizada nesse trabalho foi retirada do sistema FIRJAN (Federação das Indústrias do Rio de Janeiro), das Finanças do Brasil (FINBRA), do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE-CE) e do Instituto de pesquisa econômica do Ceará (IPECE).

A análise dos dados abrange os anos de 2006 e 2010. O espaço abordado são os cento e oitenta e quatro municípios cearenses, mas também foi introduzida a análise retirando-se o município de Fortaleza, por distorcer-se economicamente dos demais.

Portanto, montou-se um painel e o modelo proposto é o seguinte:

$$\ln(IFDM_{it}) = \beta_0 + \beta_1 pvreel_{i,t} + \beta_2 pvreel_{i,t}^2 + \beta_3 pareel_{i,t} + \beta_4 pmpg_{i,t} + \beta_5 pmpp_{i,t} + \beta_6 pibpc_{i,t} + \beta_7 dens_{i,t} + \beta_8 gastos_{i,t-1} + \varepsilon_{i,t}$$

Onde:

$IFDM_{i,t}$ = Índice Firjan de desenvolvimento econômico

$pvreel_{i,t}$ = Percentual de vereadores reeleitos

$pareel_{i,t}$ = Dummy partido reeleito

$pmpg_{i,t}$ = Dummy prefeito do mesmo partido que o governador

$pmpp_{i,t}$ = Dummy prefeito do mesmo partido que o presidente

$pibpc_{i,t}$ = PIB per capita

$dens_{i,t}$ = Densidade demográfica

$gastos_{i,t-1}$ = Gastos da prefeitura

$\varepsilon_{i,t}$ = Erro aleatório

$i = 1, \dots, I$ e $t = 1, \dots, T$.

Com a finalidade de se obter o impacto das variáveis sobre a variação relativa do índice de desenvolvimento, aplicou-se o operador logarítmico no mesmo.

Usou-se um conjunto de variáveis para medir o nível de competição política dos municípios. São três variáveis que refletem reeleição ($pvreel$, $pvreel^2$ e $parrel$) e mais duas *dummies* que dizem se o partido do prefeito é o mesmo do governador ($pmpg$) e se o partido do prefeito é o mesmo do presidente ($pmpp$).

Por conta da imposição feita pela constituição à reeleição dos cargos do executivo, optou-se pelo uso da reeleição do partido político, e não do prefeito. As variáveis $pmpg$ e $pmpp$ buscam refletir as alianças existentes entre o governo local e as outras esferas. Como já dito antes, Besley et. al (2010) chamam atenção para o fato de que quando a competição política se torna muito intensa, acima de um nível estabelecido por seu modelo teórico, as forças pró crescimento perdem força. Portanto, no modelo apresentado nesse estudo incluiu-se como variável explicativa o percentual de vereadores reeleitos ao quadrado para procurar a evidencia de um nível ótimo para essa variável.

Visando medir a oferta de bens e serviços públicos, que possuem impacto no desenvolvimento econômico, foram utilizados, separadamente, os gastos das prefeituras nas áreas de saúde, educação e infra-estrutura, todos deflacionados pelo IGPDPI para o ano de 2010. Todas essas variáveis fiscais foram defasadas em um ano, visto que seu impacto não ocorre de forma imediata.

Outras variáveis consideradas importantes como PIB *per capita* e densidade demográfica também foram incluídas. Esta última foi feita com a população residente estimada dividida pelo tamanho do território do município.

4.2 METODO DE ESTIMAÇÃO

Devido a forte correlação entre as variáveis fiscais de gastos das prefeituras utilizou-se o método de componentes principais¹. Portanto, as três variáveis passam a ser representadas apenas por um componente cujo resultado está descrito em anexo.

A possível simultaneidade entre competição política e desenvolvimento foi comprovada pelo teste de endogeneidade desenvolvido por Davidson e MacKinnon (1993). O resultado desse teste será mostrado na próxima seção. Portanto, foi feita uma estimação com variáveis instrumentais. As variáveis: *pvreel*, *pvreel*² e *parrel* são endógenas e necessitam de instrumentos. As outras variáveis políticas, *pmpg* e *pmpp*, são consideradas exógenas, pois refletem resultados de eleições que ocorrem em período diferente das municipais.

Primeiramente, fez-se um modelo *logit* com efeitos fixos para estimação da variável endógena binária *parrel*. A equação abaixo descreve o modelo.

$$parrel_{it} = \alpha_0 + \alpha_1 parrel_{i,t-4} + \alpha_2 npref + \alpha_3 pmpg_{i,t-4} + \alpha_4 pmpp_{i,t-4} + \alpha_5 pmca_{i,t-4} + X_{it} + v_{it}$$

Onde:

$pmca_{i,t-4}$ = *Dummy prefeito tem maioria na câmara*

$npref_{i,t}$ = *Número de candidatos ao cargo de prefeito*

X_{it} = *variáveis exógenas da equação anterior*

v_{it} = *Erro Aleatório*

Portanto, utilizaram-se como instrumento: a própria variável defasada em quatro períodos, as variáveis que refletem aliança com outras esferas do governo, também defasadas, e uma dummy dizendo se o prefeito anterior possuía maioria na câmara dos vereadores. Essa variável foi incluída por que se espera que com muitos aliados, do mesmo partido ou coligação, na câmara, os incumbentes possam ter maior sucesso ou, caso não possam tentar reeleição, consigam fazer um sucessor.

As outras variáveis endógenas (*pvreel* e *pvreel*²) foram estimadas pelo método de efeitos fixos. Como instrumentos, foram utilizados as mesmas defasadas em quatro anos, ou seja, referentes ao governo anterior e o número de vereadores que concorriam na eleição.

Todo esse procedimento descrito foi feito primeiramente com todos os municípios e posteriormente sem a capital do estado, Fortaleza.

¹Para mais informações sobre o método de componentes principais ver Mundlack (1981).

5. ANÁLISE DE RESULTADOS

Os resultados obtidos pelo método exposto na seção anterior estão dispostos na tabela abaixo. A estimação (2) não possui o município de Fortaleza.

Tabela 1 – Resultados da estimação.

	(1)	(2)
<i>Pvreeel</i>	1.084883 (0.020)*	1.091992 (0.020)*
<i>Parrel</i>	0.0899544 (0.00)***	0.0930779 (0.00)***
<i>pvreeel²</i>	-0.9534432 (0.016)*	-0.9651394 (0.016)*
<i>Pmpg</i>	0.1003763 (0.001)**	0.1011462 (0.001)**
<i>Pmpp</i>	0.0430677 (0.366)	0.0483993 (0.315)
<i>Dens</i>	-0.0003001 (0.042)*	-0.0003051 (0.046)*
<i>Pibpc</i>	0.00000971 (0.016)*	9.78E-06 (0.017)*
<i>Gastos</i>	0.3435818 (0.00)***	0.0775323 (0.00)***
<i>Cons</i>	-0.8568016 (0.00)***	-0.8891205 (0.00)***
<i>R²overall</i>	0.1222	0.2737
Davidson-MacKinnon	(0.0016)**	(0.0014)**

Elaboração Própria.

Nota: valor p ente parênteses. * p<0.05; ** p<0.01; *** p <0.001.

Como a variável dependente do modelo está em termos de logaritmo, tem-se um modelo conhecido por log-lin², onde os coeficientes estimados são semi-elasticidades. Portanto, para o caso das variáveis contínuas, multiplicou-se o parâmetro estimado pela média da variável de forma a se obter a elasticidade.

No caso do percentual de vereadores reeleitos observa-se que existe um nível ótimo de reeleição de vereadores. No caso, tem-se que a taxa ótima de reeleição de vereadores é de, aproximadamente, 57%. Os resultados não mudam de forma significativa nas duas regressões. Tal resultado sugere que os municípios que mantêm mais da metade da composição da câmara dos vereadores são os que conseguem obter maior nível de desenvolvimento econômico.

Analisando a reeleição do partido, os parâmetros são estatisticamente significantes e o impacto dessa variável é diferente quando se exclui o município de Fortaleza da amostra. Assim, quando esse município está na amostra, os municípios cujo partido é reeleito para a chefia do executivo tem IFDM 9,4% maior. Quando Fortaleza não é levada em conta, este impacto é ligeiramente maior, 9,7%.

²Neste modelo, o coeficiente de inclinação mede a variação relativa no regressando para uma dada variação absoluta no regressor. Tem-se que $\beta = \frac{d(\ln Y)}{dX} = \left(\frac{1}{Y}\right) \left(\frac{dY}{dX}\right) = \left(\frac{dY}{Y}\right) / dX$

Quanto ao prefeito eleito ser do mesmo partido do presidente da república, tem-se que para ambos os casos esse variável não é estatisticamente significativa. O parâmetro estimado para o caso do prefeito ser do mesmo partido que o governador mostra-se significativo para ambos os casos e com impacto similar, ou seja, quando o prefeito é do mesmo partido do governador o índice de desenvolvimento é cerca de 10,6% maior.

Portanto, os resultados apontam para um melhor nível de desenvolvimento econômico quando os municípios apresentam uma maior estabilidade política, ou seja, quando as esferas de governos municipal e estadual estão alinhadas e tem-se menor alternância nas prefeituras e câmara de vereadores.

O PIB *per capita* apresenta sinal esperado. Logo, quanto maior aquele, maior o nível de desenvolvimento econômico. Nas estimações feitas, o aumento de 1% no PIB *per capita* provoca um crescimento, em média, de 0,05% no desenvolvimento econômico. Quanto à densidade demográfica, embora os parâmetros apresentem sinal negativo, sua magnitude é pequena. O aumento de 1% desta impacta em uma queda de 0,03%, em média, no índice de desenvolvimento. Quando Fortaleza é retirada da amostra, este impacto negativo é praticamente o mesmo, 0,02%.

Caso semelhante ocorre com os gastos das prefeituras nas áreas selecionadas. O efeito deste é praticamente irrisório, podendo indicar que os gastos feitos não são eficientes, pois não aumentam o nível de desenvolvimento das cidades.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou verificar qual o impacto da competição política municipal no desenvolvimento econômico, refletido pelo índice Firjan, dos mesmos. A competição foi medida por: alinhamento político da esfera municipal com as outras esferas de governo, reeleição de vereadores e manutenção de um partido no poder executivo.

Montou-se um painel para todos os municípios cearenses para os anos de 2006 e 2010. Com a finalidade de se obter o impacto das variáveis sobre a variação relativa do índice de desenvolvimento, aplicou-se o operador logarítmico no mesmo. O método de estimação utilizado foi o de variáveis instrumentais com efeitos fixos. A endogeneidade do modelo, por conta da relação simultânea entre competição política e desenvolvimento econômico, foi constatada pelo teste desenvolvido por Davidson-MacKinnon (1993). Foram feitas duas estimações, uma delas sem o município de Fortaleza. Constatou-se que, municípios com menor competição apresentam maior nível de desenvolvimento.

De acordo com os resultados obtidos nas estimações, existe um nível ótimo para reeleição na câmara de vereadores, cerca de 57%, um percentual que pode ser considerado elevado. Além disso, a manutenção de um partido no poder mostrou-se benéfica na medida em que proporciona indicadores de desenvolvimento melhores, tais indicadores aumentam mais de 9%, tudo mais constante.

Quanto às variáveis que determinam alinhamento político, tem-se que apenas o se o prefeito for do mesmo partido que o governador é que se tem um impacto estatisticamente significativo no IFDM. No caso, o impacto foi 10,6%.

Quanto às outras variáveis, PIB per capita, densidade demográfica e gastos das prefeituras nas áreas de saúde, educação e infra-estrutura, não se tem um efeito expressivo. Para todas as variáveis, os resultados de ambas as estimações foram semelhantes.

Vale ressaltar que a análise feita, relacionando competição política e desenvolvimento, não é comum na literatura e é válida para o período e amostra utilizados, portanto, não se pode generalizar este resultado sem que antes se faça um estudo adequado. Por falta de dados, neste trabalho não se pode fazer uma análise para um período maior.

REFERÊNCIAS

AQUINO, C. Competição política entre vereadores e condições de vida nos municípios cearenses. Fortaleza: UFC, 2011.

ACEMOGLU, D; ROBINSON, J. **Por que as nações fracassam: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza**. Edição (1ª Ed). Rio de Janeiro: Editora Campus, 2012.

BARON, D.P. Electoral competition with informed and uninformed voters. *American Political Science Review*, v. 88, n.1 p. 33-47, 1994.

BARRETO, A.A.B. Reeleição para o Executivo Municipal no Brasil (2000-2008), *Revista Debates*, Porto Alegre, v.3, n.2, p. 97-115, jul.-dez. 2009.

BESLEY, T.; STURM, D. M; PERSSON, T. Political Competition , Policy and Growth : Theory and Evidence from the United States. <Disponível em: <http://econ.lse.ac.uk/~tbesley/papers/bps.pdf>>

BRASIL. Lei n. 11.445 de 05 de janeiro de 2007. **Diário Oficial da União**. Brasília, 05 jan. 2007.

CHAMON, M.; FIRPO, S; MELLO, J.P. Electoral rules, political competition and fiscal spending: regression discontinuity evidence from Brazilian municipalities. Disponível em: <<http://ideas.repec.org/p/rio/texdis/559.html>>

DAVIDSON, R; MACKINNON, G. **Estimation and Inference in Econometrics**. Oxford University Press, 1993.

FEREJOHN, J. Incumbent performance and electoral control. *PublicChoice*, v.50, p. 5-25, 1986.

FIANNI, R. **Cooperação e Conflito**. Elsevier, 2011.

FURUBTNI, E.G; *Institutions and Economic Theory: The Contribution of the New Institutional Economics*, University of Michigan Press, 2000.

LE BORGNE, E; LOCKWOOD, B. Candidate Entry, Screening, and the Political Budget Cycle. Disponível em: <<http://ideas.repec.org/p/imf/imfwpa/02-48.html>>

MENDES, M; ROCHA, C.A. O que reelege um prefeito?Disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-7-o-que-reelege-um-prefeito>>

MENEGUIN, F. B., BUGARIN, M. S. Reeleição e Política Fiscal: um estudo dos efeitos da reeleição nos gastos públicos. *Economia Aplicada*, n.3, 2001.

MUNDLAK, Y. On the concept of non-significant functions and its implications for regression analysis. , v. 16, p. 139–149, 1981.

NORTH, D. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**. Cambridge University Press, 1990.

PEREIRA, C; RENNÓ, L. O que É que o Reeleito Tem? Dinâmicas Político-Institucionais Locais e Nacionais nas Eleições de 1998 para a Câmara dos Deputados. *Revista Dados*, Rio de

Janeiro, v.44, n.2, 2001. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582001000200004&script=sci_arttext>

HABER, S. Political Competition and Economic Growth: Lessons from the Political Economy of Banking in Mexico and the United, 2004.

SAMUELS, D. Ambition and Competition: Explaining Legislative Turnover in Brazil. *Legislative Studies Quarterly*, v. XXV, n. 3, ago 2000. Disponível em:
<<http://www.polisci.umn.edu/~dsamuels/Samuels%20LSQ%202000.pdf>>

SERRATO, J. C. The Role of Political Parties in Electoral Competition., p. 1–17, 2008.

TSE. Cronologia das Eleições, 2011. Disponível no site do Tribunal Superior Eleitoral:
<<http://www.tse.jus.br/eleicoes/cronologia-das-eleicoes>>

UPPAL, Y. Does political turnover adversely affect the state expenditure policy ? Evidence from Indian state legislative elections, 2008.

ANEXOS

Tabela 2 –Resultado do método de componentes principais para as variáveis fiscais.

Componente	Auto-Valores		Diferença		Proporção		Cumulativo	
	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)
Comp1	2.96814	2.64601	2.94641	2.42437	0.9894	0.882	0.9894	0.882
Comp2	0.0217287	0.22164	0.0116	0.0892861	0.0072	0.0739	0.9966	0.9559
Comp3	0.010129	0.132354	.	.	0.0034	0.0441	1	1

Elaboração Própria.

Nota: (1) Inclui Fortaleza (2) Exclui Fortaleza.

Tabelas 3 – Estatísticas descritivas (Incluso Fortaleza)

	Erro			
	Média	Padrão	95% Intervalo Conf	
pvreel	0.501	0.009	0.484	0.518
parrel	0.293	0.024	0.245	0.341
pmpg	0.069	0.014	0.042	0.096
pmpp	0.072	0.014	0.045	0.099
dens	89.112	25.644	38.674	139.551
pibpc	4886.336	183.196	4526.021	5246.650
pvreel ²	0.277	0.009	0.259	0.295
gastos	0.000	0.092	-0.182	0.182
lnifdm	-0.540	0.006	-0.553	-0.528

Elaboração Própria.

Tabelas 4 – Estatísticas descritivas (Exceto Fortaleza)

	Erro			
	Média	Padrão	95% Intervalo Conf	
pvreel	0.501	0.009	0.484	0.519
parrel	0.292	0.024	0.244	0.340
pmpg	0.069	0.014	0.042	0.096
pmpp	0.066	0.013	0.040	0.093
dens	56.544	7.547	41.699	71.388
pibpc	4837.217	180.778	4481.651	5192.782
pvreel ²	0.278	0.009	0.260	0.296
gastos	0.000	0.087	-0.172	0.172
lnifdm	-0.542	0.006	-0.554	-0.530

Elaboração Própria.